

# TEORIA DO DISCURSO HISTORIOGRÁFICO DE HAYDEN WHITE: UMA INTRODUÇÃO<sup>1</sup>

## HISTORIOGRAPHICAL THEORY OF THE DISCOURSE OF HAYDEN WHITE: AN INTRODUCTION

Ricardo Marques de Mello<sup>2</sup>

**Resumo:** Neste artigo apresenta-se as linhas gerais que dão contorno à teoria do discurso historiográfico de Hayden White. Para tal, foi dividido em três partes. A primeira expõe a dimensão profunda (trópica) do discurso. Em seguida expõe-se os aspectos “técnicos” dos níveis estético, epistêmico e ético, que formam o nível manifesto. Por fim, apresenta-se dois pressupostos e uma implicação de sua teoria ao conhecimento produzido pelos historiadores.

**Palavras-chave:** discurso historiográfico, Hayden White, teoria da História.

**Abstract:** This article presents the general lines that give outline the theory of speech historiographic of Hayden White. It is organized into three parts. The first exposes the deep dimension (tropic) of speech and then explains to the aspects “technical” level of aesthetic, ethical and epistemic, which form the manifest level. Finally, it presents two assumptions and one implication of his theory of knowledge produced by historians.

**Keywords:** speech historiographic, Hayden White, theory of History.

Hayden White é, indubitavelmente, um dos autores em teoria da história que mais causou polêmica nos últimos trinta anos. Suas proposições (re)colocaram em pauta questões tidas como não-problemáticas, tais como as relações entre literatura e historiografia, ou, mais precisamente, entre relato ficcional e histórico; entre filosofia da

---

<sup>1</sup> Este texto baseia-se no primeiro capítulo da dissertação de mestrado defendida na *Universidade de Brasília* no início de 2008, sob orientação da professora Tereza Cristina Kirschner. Ver Mello (2008). Agradeço aos esclarecimentos do professor Estevão de Rezende Martins e à leitura e aos comentários atenciosos dos professores Carlos Oiti Berbert Júnior, Daniel Barbosa Andrade de Faria e Tereza C. Kirschner. Sou grato também à *CAPES – Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior* – que me proveu uma preciosa bolsa de estudos.

<sup>2</sup> Doutorando em História na *Universidade de Brasília*. Bolsista do *Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq*. E-mail: ricardo.mm@hotmail.com

história e discurso historiográfico e entre a natureza do conhecimento produzido pelos historiadores e um certo conceito de ciência. A respeito de cada um desses aspectos e/ ou na combinação entre eles houve um número razoável de reações. Dadas as controvérsias interpretativas acerca de sua teoria praticou-se neste texto um esforço constante em compreender o que foi formulado e principalmente como o foi, em uma análise, prioritariamente, interna de suas obras. Partindo dessa preocupação, neste artigo apresenta-se as linhas gerais que dão contorno à sua teoria do discurso historiográfico em três seções. A primeira relaciona consciência, linguagem e campo histórico de modo a constituir o que Hayden White denomina de dimensão profunda ou latente do discurso. A segunda expõe os aspectos “técnicos” dos níveis estético, epistêmico e ético, que formam, em conjunto, a dimensão manifesta do discurso do historiador. A terceira e última seção delinea dois pressupostos de sua teoria – a neutralidade das fontes e a não-cientificidade da historiografia – e apresenta uma implicação ao conhecimento histórico, que diz respeito ao estatuto da verdade.

## **Consciência, linguagem e campo histórico: a dimensão profunda**

### **a) Da diferença entre teoria do conhecimento historiográfico e teoria do discurso historiográfico**

As teorias do conhecimento historiográfico pressupõem um conjunto de procedimentos mediante os quais os indícios do passado – que, por razões variadas, permanecem no presente – são transformados em materiais intersubjetivamente aceitos como historiográficos. O fruto desse esforço pode materializar-se em artigos, livros, aulas, documentários, palestras, entre outros. Tais procedimentos podem ser caracterizados de maneiras diferentes. Porém, de modo geral, reconhece-se como indispensável o trabalho com as fontes – sejam elas arquivísticas, imagéticas, sonoras ou de outra natureza. É evidente que a atividade do historiador não se limita à análise das fontes: é preciso organizá-las dentro de um recorte – teórico, temporal e espacial –, valer-se de um método, ou uma combinação deles, e materializar o produto de seu labor em uma forma de apresentação, geralmente uma narrativa com começo meio e fim.

Alguns historiadores, como os franceses M. de Certeau (2000) e, mais recentemente, Paul Ricoeur (2003), denominaram essa transformação – dos indícios do passado em materiais historiográficos – de operação historiográfica. De acordo com Ricoeur, a operação historiográfica é composta de três fases. A fase documental: “efetuase desde a declaração dos testemunhos oculares à constituição dos arquivos e se fixa, como programa epistemológico, no estabelecimento da prova documental”; fase explicativa/ compreensiva: é a que diz respeito “aos múltiplos usos do conector ‘porque’ que responde à pergunta ‘por quê?’: por que as coisas ocorreram assim e não de outra maneira?”; fase representativa: é a “configuração literária ou escriturária do discurso oferecido ao conhecimento dos leitores de história” (RICOEUR, 2003, p. 179). Embora P. Ricoeur trate as três fases separadamente, dedicando, inclusive, um capítulo para cada uma, ele afirma, reiteradas vezes, o caráter indissociável entre elas no trabalho do historiador, aliás, Ricoeur parece criticar H. White exatamente nesse sentido: não se deve analisar qualquer uma das fases separadamente, sem que se considere as outras.

Hayden White, diferentemente de P. Ricoeur, não se ocupa com a fase documental. Mais especificamente, ele investiga e privilegia os aspectos explicativos e representativos do discurso. Isso não permite afirmar, contudo, que ele desconsidere ou dispense a presença de documentação no ofício do historiador, mesmo por que, para se distinguir entre boa e má historiografia, escreve White, sempre se pode “recorrer a critérios como a responsabilidade perante as regras da evidência” (WHITE, 2001, p.114).

Esse ponto de partida seria suficiente para desarmar uma série de críticas endereçadas à sua teoria, afinal parece ser um equívoco metodológico exigir de um autor o que ele não se propôs a executar. Ademais, ter em conta que as preocupações da teoria de White não são da ordem da operação historiográfica como um todo, permite afirmar que sua proposta não é a de uma teoria do conhecimento historiográfico. Sua preocupação tem como objeto o discurso historiográfico. É ele o foco de análise, de crítica e de uma interpretação nova.

## **b) O conceito de discurso historiográfico**

H. White conceitua o termo discurso como uma modalidade verbal que não se situa nem em uma demonstração lógica, por um lado, nem na pura ficção, por outro, mas entre essas duas áreas de representação. De acordo o estadunidense, o discurso é um “empreendimento mediador” ou diatático: nem sobredeterminado conceitualmente (hipotático), ou seja, sem impor um arcabouço conceitual independente dos dados da experiência, por um lado, nem subdeterminado conceitualmente (paratático), isto é, sem desconsiderar a relevância dos conceitos para a constituição do discurso como um meio de apreender dada realidade, por outro lado, mas situado em um plano médio (sintático), relacional, que vincula os dados da experiência e o movimento de conceituação para explicá-los. Na verdade, ao lidar com o termo discurso, White não está se referindo exclusivamente ao discurso de tipo historiográfico, mas, antes, aos discursos produzidos pelas ciências humanas em geral. Sua teoria, porém, ganha em concretude e valor para a historiografia quando se desloca do termo geral discurso para o específico discurso historiográfico, cuja materialização verbal ocorre por meio da narrativa historiográfica.

## **c) O objetivo do discurso**

White sugere que o objetivo do discurso historiográfico é tornar o desconhecido conhecido. Isto é, o historiador busca tornar compreensível o que antes se mostrava obscuro; busca transformar algo não-familiar em familiar, tanto para ele mesmo quanto para um suposto leitor a quem o texto será destinado.

Desta forma, um historiador que se ocupa com um certo tema, em um tempo e espaço específico, e se depara com uma massa de dados e informações (suas fontes, outros relatos historiográficos e tradições que permanecem presentes), precisa transformar o caos em um objeto ordenado. White sugere que esse movimento de tornar familiar o não-familiar é uma ação da consciência humana. Mas a consciência não efetua essa transformação de qualquer maneira. Ela o faz enquadrando a massa de informações caóticas em um arquétipo, em um modo ou modelo de organização lingüística que torna o desconhecido ou incompreensível matéria compreensível e conhecida.

Os modos por meio dos quais a consciência humana se manifesta linguisticamente no discurso historiográfico equivalem aos quatro “tropos mestres”: metáfora, metonímia, sinédoque e ironia.

#### d) Os tropos

Os tropos são espécies de figuras de linguagem. Segundo Lausberg (apud BRANDÃO, 1989, p. 19), os “antigos costumavam dividir as figuras de linguagem em três grupos distintos, conforme a lógica que presidia à relação entre os sentidos próprio e figurado: tropos, figuras de pensamento e figuras de palavras”. Evidentemente, da antiguidade clássica à contemporaneidade, essa divisão em três grupos foi problematizada e reconsiderada, ensejando novas classificações tipológicas. De qualquer modo, as figuras de linguagem são maneiras de usar palavras, expressões ou pensamentos fora de seu significado próprio. Quando se diz, por exemplo, que alguém possui duzentas cabeças de gado se quer, evidentemente, dizer que esse indivíduo possui duzentas unidades do animal todo e não apenas uma parte dele. O termo cabeça, na sentença acima, representa o animal como um todo, ou seja, cabeça deixa de ser tomada em seu significado próprio (como parte) e passa a ser interpretada fora de seu significado próprio (como todo). O que deve interessar por ora é o pressuposto presente em toda figura de linguagem: o de que existe um significado próprio, literal nas palavras, expressões ou pensamentos e que a figura de linguagem representa um desvio ao sentido/ significado original, padrão, no qual uma palavra, expressão ou pensamento foi inicialmente criado. Esse mecanismo é posto em ação a fim de elucidar o que as coisas são e, mais especificamente, o que elas *significam*.

Assim, os tropos são figuras que designam novas significações a partir de significações próprias, ou melhor, supostamente próprias. De acordo com o uso feito por White, portanto, eles podem ser tomados como uma estrutura por meio da qual todo discurso historiográfico é assentado e recebe sustentação, servindo de arcabouço. White afirma que a formalização do discurso por meio dos tropos ocorre porque a historiografia lança mão da linguagem natural (ou comum) para caracterizar seu objeto de investigação. Esta opera, necessariamente, um movimento figurativo, o qual se consubstancia

linguisticamente à maneira de um tropo, que é considerado, por ele, a dimensão profunda ou latente do discurso produzido pelos historiadores.

## **Metáfora, metonímia, sinédoque e ironia**

O que determina de forma geral os tropos são as relações que se estabelecem internamente no discurso sobre um, dois ou mais fenômenos. Há uma primeira caracterização do objeto e em seguida um movimento figurativo designando o que aquilo significa. Porém, cada tropo opera esse movimento de modo particular.

A metáfora caracteriza os fenômenos, diz White (1995, p. 48), “em função de sua semelhança ou diferença com um outro, à maneira da analogia ou símile”. É uma espécie de comparação subentendida, entre autor e leitor, a respeito de algum tema. Dois eventos ou valores distantes no tempo e/ ou espaço podem ser focados sob certos aspectos que os assemelhem ou os diferenciem.

Já na metonímia, “o nome de uma parte de uma coisa pode substituir o nome do todo”, onde há uma redução do todo a uma parte ou de uma parte a outra “à condição de um aspecto ou função da outra” (WHITE, 1995, p. 49). Uma das frases usadas por White para explicar a metonímia é “cinquenta velas”, que indica, na verdade, “cinquenta navios”. Nesta sentença, diz White, “o termo vela é substituto do termo ‘navio’ de modo a reduzir o todo a uma de suas partes” (WHITE, 1995, p. 49). Além dessa redução do todo à parte, pode-se reduzir um fenômeno a outro ao se estabelecer uma relação de causa-efeito ou agente-ato.

A sinédoque opera por um mecanismo em que uma parte representa qualitativamente o todo; ou um microcosmo que equivale a um macrocosmo. A frase usada por White para caracterizá-la é “ele é todo coração”. Diz ele: “[...] o termo ‘coração’ deve ser entendido figuradamente, como designando, não uma parte do corpo, mas aquela qualidade de caráter convencionalmente simbolizada pelo termo ‘coração’ na cultura ocidental” (WHITE, 1995, p. 49).

A ironia, por fim, define-se pela relação de contrariedade estabelecida entre a afirmação no nível literal e o que se espera que seja compreendido no nível figurado. Segundo White (1995, p. 50), “a

tática figurada básica da ironia é a catacrese (literalmente ‘abuso’), metáfora manifestadamente absurda destinada a inspirar reconsiderações irônicas acerca da natureza da coisa caracterizada ou da inadequação da própria caracterização”. Assim, a ironia não se mostra apenas capaz de caracterizar um dado fenômeno, já que inspira “reconsiderações irônicas acerca da natureza da coisa caracterizada”, ou seja, faz afirmações indicando o que a coisa é mediante a insinuação do que ela não é, mas busca, também, mostrar-se autoconsciente das limitações de sua própria caracterização. Com isso, ela se insinua transideológica e metatropológica, considerando, ainda, inadequadas as caracterizações metafóricas, metonímicas e sindedóquicas:

a ironia pressupõe a ocupação de uma perspectiva ‘realística’ da realidade, de onde se poderia oferecer uma representação não figurada do mundo da experiência [...] é por isso que as caracterizações do mundo vazadas no modo irônico são amiúde consideradas intrinsecamente refinadas e realistas (WHITE, 1995, p. 51).

Enfim, pode-se afirmar que o modo mediante o qual os tropos se materializam no nível frasal – conforme os exemplos supracitados – é o mesmo que se dá no nível discursivo: não há diferenças qualitativas ao se usar um ou outro tropo em uma sentença e usá-lo em uma narrativa com começo, meio e fim. Se White exemplifica o mecanismo de funcionamento por meio de sentenças, sua preocupação, porém, é com a presença dos tropos em amplitude quantitativamente superior. Além disso, a função que ele atribui aos tropos não é a de ser um elemento meramente decorativo ou de ornamento, mas é *a maneira mediante a qual a consciência humana se manifesta no discurso*: é a estrutura que organiza os dados do passado em uma forma lingüística coerente e inteligível. Eles deixam de ser uma técnica da retórica para ser a forma possível de concretização dos discursos historiográficos: é uma condição inescapável, profunda e latente, presente em toda tentativa de apreensão do mundo por aquelas disciplinas que se valem da linguagem natural/ ordinária para dar conta do significado do seu objeto. Os tropos, portanto, são macro-modelos formais que têm por função organizar e interpretar o mundo de modo a *constituir* o que Hayden White denomina de *campo histórico* condicionando a escolha de tais ou quais *estratégias* empregadas para explicar realisticamente o objeto de investigação.

## e) O campo histórico

O termo campo histórico utilizado por Hayden White tem sua origem teórica em Kenneth Burke, mais especificamente de sua obra *A Grammar of Motives* (BURKE, 1969). K. Burke toma o campo histórico, isto é, o lócus onde a história mesma acontece, como um drama. E ao se buscar compreendê-lo, cinco perguntas são elaboradas: 1) o que foi feito; 2) quando e onde foi feito; 3) quem fez isto; 4) como ele fez isto; 5) por que ele fez isto. Estas cinco perguntas correspondem, respectivamente, aos cinco elementos que compõem o campo histórico, tal como utilizado por Burke e apropriado por White. São eles: 1) ato; 2) cena; 3) agente; 4) ação (*agency*); 5) propósito.

A partir disso, White afirma que toda obra historiográfica leva em conta a presença desses cinco elementos na sua formulação. A diferença entre elas consiste no “modo como esses elementos se caracterizam e os pesos relativos [e relacionais entre si] dados a eles” (WHITE, 1995, p. 29, nota 8). Mas, além disso: o campo histórico, para White, é constituído e configurado pelo historiador antes da análise das fontes e representação da narrativa. Ele é fruto da escolha do tropo a partir do qual a estrutura da obra irá ser comportada:

o historiador realiza um ato essencialmente poético, em que pré-figura o campo histórico e o constitui como um domínio no qual é possível aplicar as teorias específicas que irá utilizar para explicar o que estava realmente acontecendo nele (WHITE, 1995, p.13).

Entretanto, se o campo histórico é formalmente delineado antes de uma análise das fontes, é apenas com a aplicação das estratégias de composição que ele recebe concretude, explicação e ganha um significado. Se é possível afirmar que o tropo condiciona a dimensão manifesta, isto é, as estratégias por meio das quais o historiador representará o passado realisticamente, pode-se igualmente dizer que o campo histórico é finalmente reconhecido como mantendo certos tipos de relações entre seus elementos (ato, agente, ação, propósito e cena) quando as estratégias explicativas são postas no discurso, construindo, assim, uma imagem do passado.



## a) As estratégias explicativas

Mas quais são as estratégias de composição, explicação e representação do discurso historiográfico? De que modo se pode direcioná-lo a um ou outro fim? White identifica cinco níveis: 1) crônica; 2) estória<sup>3</sup>; 3) elaboração de enredo; 4) argumentação formal; 5) implicação ideológica.

### 1. Os elementos primitivos

Os dois primeiros níveis, crônica e estória, efetuam as primeiras formulações dos “elementos primitivos” do relato historiográfico, ou seja, os dados não-processados do discurso histórico. Eles organizam o campo histórico de modo a permitir o uso de tais ou quais estratégias para caracterizar e explicar o que se deu no passado e o que aquilo significou. A crônica refere-se à disposição dos fatos em uma ordem cronológica. Mesmo neste nível há, evidentemente, uma escolha – de ordem temporal. Alguém que se debruce sobre algo ocorrido precisa torná-lo inteligível dentro de um certo tempo. Isto é, tem a necessidade de efetuar um recorte estabelecendo o período ou o momento a investigar. A transformação de uma mera crônica em uma estória acontece, segundo White, pela caracterização de alguns eventos da crônica em função de motivos iniciais, de transição ou conclusivos. Ou seja, os eventos são colocados em um relato com começo, meio e fim. Além disso, já há neste nível uma primeira atribuição de valor entre os eventos, diferentemente do que ocorria na crônica. A estória indica, assim, uma coerência formal entre os elementos que compõem o campo histórico e suscita, de acordo com White,

os tipos de questões que o historiador deve prever e responder no curso da construção de sua narrativa. As questões são desta ordem: ‘que aconteceu depois?’ ‘Como

---

<sup>3</sup> O termo estória foi traduzido de story que significa aqui um primeiro estágio organizacional dos dados dispersos, ou apenas cronologicamente dispostos, com começo, meio e fim.

isto aconteceu?’ ‘Por que as coisas aconteceram desse modo e não daquele?’ ‘Em que deu no final tudo isso?’ Essas perguntas determinam as táticas narrativas que cabe ao historiador empregar na construção de sua estória (WHITE, 1995, p. 22).

Sendo assim, a estória pré-organiza a narrativa e a explicação do discurso, indicando as estratégias passíveis e necessárias de serem empregadas para explicar o que ocorreu no passado de forma coerente com o tropo sobre o qual o discurso será estruturado como um todo e com a caracterização do campo histórico concebida pré-criticamente.

As estratégias representam os níveis estético (ou artístico), epistêmico (ou científico) e ético (ou político/ ideológico), e são consideradas, por White, como as dimensões manifestas do relato histórico. O conjunto de relações entre esses elementos encaminhará o discurso a um ou outro significado.

## 2. O nível estético

O que significa explicar algo mediante a escolha de um enredo determinado? Ou, antes, o que pode ser considerado enredo para H. White? “Prover o significado de uma estória por meio da identificação da modalidade de estória que foi contada é o que se chama explicação por elaboração de enredo” (WHITE, 1973, p. 7), define o autor de *Meta-História*. Elaborar um enredo é narrar os fatos do passado de uma certa maneira, organizando-os em um sentido, indicando, como consequência, um significado sobre aquele fato ou conjunto deles. Aliás, o termo sentido para designar enredo mostra-se apropriado, pois denota direção, seta, índice. Assim, ao arranjar, configurar, dispor, organizar os fatos dentro de uma das quatro “estruturas de enredo pré-genéricas” estabelecendo certas relações entre os fatos que compõem a narrativa, o historiador está preparando o leitor a tomar um caminho que o leve ao desenlace final de seu texto, apontando, desta forma, como aquilo tudo deve ser compreendido.

Hayden White identifica quatro tipos de “estruturas de enredo” empregadas nas obras historiográficas e filosóficas analisadas

em *Meta-História*. São elas: estória romanesca, comédia, sátira e tragédia<sup>4</sup>.

A estória romanesca é um tipo de narrativa que põe em conflito o bem contra o mal, com o triunfo daquele, evidentemente. Northrop Frye escreve que ela é, “de todas as formas literárias, a mais próxima do sonho que realiza o desejo” (FRYE, 1973, p. 185). Nela o herói transcende o mundo, vencê-o e liberta-se dele no final. Ainda segundo Frye, a estória romanesca tem três estágios: 1) “o da jornada perigosa e das aventuras menores preliminares; 2) a luta crucial, comumente algum tipo de batalha na qual o herói ou seu adversário, ou ambos, devem morrer; 3) e a exaltação do herói” (FRYE, 1973, p. 185-186), esteja ele vivo ou morto. Portanto, “o conflito é a base ou tema arquétipo da estória romanesca” (FRYE, 1973, p. 190), sendo fundamentada por uma série de maravilhosas aventuras em que o herói supera um inimigo. Ao se pensar a estória romanesca como uma estrutura de enredo para a historiografia, o herói pode assumir muitas feições: pode consubstanciar-se em uma classe, um valor (ou um conjunto deles), em um indivíduo, instituição, povo, etc.: *a estrutura formaliza certas relações típicas, mas não decide quem irá figurar como inimigo ou herói.*

---

<sup>4</sup> Em nota, Hayden White reconhece a existência de outras estruturas de enredo e, por isso mesmo, a fragilidade teórica das proposições de Frye. Porém, diz ele, “[...] a análise de Frye das principais formas de literatura mítica e fabulosa serve muito bem para a explicação das formas simples de elaboração de enredo encontradas em formas de arte ‘limitadas’ como a historiografia”. Poder-se-ia objetar, então, que White precisa reduzir a narrativa historiográfica a uma forma de arte “limitada” ou “restrita” (restrited) para poder adaptar a teoria de Frye à sua. Entretanto, Hayden White sugere que a classificação da historiografia em uma forma de arte limitada não se dá pela matéria a respeito da qual se ocupa o historiador, nem das fontes mediante as quais elabora seu texto. Mas, antes, por que o historiador não se vale de técnicas complexas de elaboração de enredo, sobretudo pelo receio de “distorcer” o que realmente aconteceu no passado, impondo à sua narrativa algo que não seria verossímil. Daí a justificativa fornecida por White, na mesma nota, sobre a objeção hipotética que se fez aqui: “as ‘estórias’ históricas tendem a incluir-se nas categorias elaboradas por Frye precisamente porque o historiador resiste à construção de peripécias complexas que constituem o fundo de comércio do romancista e do dramaturgo. Exatamente por que o historiador não está (ou pretende não estar) contando a estória ‘pela estória’, inclina-se ele por colocar em enredo segundo as formas mais convencionais - como o conto de fadas ou a novela policial por um lado, ou como estória romanesca, comédia, tragédia ou sátira por outro [...] os historiadores em geral, por mais críticos que sejam de suas fontes, tendem a ser ingênuos contadores de histórias” (WHITE, 1995, p. 23 e 24, nota 06).

Na comédia, assim como na estória romanesca, também há relações conflituosas entre partes. O desenlace final, porém, é de ordem conciliatória e não a vitória do herói sobre o inimigo, como naquela. Hayden White afirma que

as conciliações que acontecem no final da comédia são reconciliações dos homens com os homens, dos homens com seu mundo e sua sociedade; a condição da sociedade é então representada como sendo mais pura, mais sã e mais sadia em consequência do conflito entre elementos do mundo aparentemente opostos de forma inalterável; estes elementos revelam-se, no fim de contas, harmonizáveis uns com os outros, unificados, concordes consigo mesmos e com os outros (WHITE, 1995, p. 25).

Assim, a comédia desenvolve-se sob uma tensão em que a platéia ou o leitor é implicitamente convidado a tomar partido em favor de uma parte em detrimento da outra. As partes, em historiografia, podem assumir colorações de matizes variadas, mas o desfecho aponta para uma saída: a conciliação. De acordo com Frye, a “tendência da comédia é incluir tanta gente quanto possível em sua sociedade final: as personagens obstrutoras são mais amiúde reconciliadas, ou convertidas, do que simplesmente repudiadas” (FRYE, 1973, p. 165).

Na tragédia também há uma relação entre partes. Nessa relação há a tendência a individualizar uma das partes em uma personagem humana, indicando a supremacia da “ordem natural das coisas” a despeito do esforço humano em superá-la. Se na estória romanesca o herói (o bem) sobrepõe-se ao inimigo (o mal), vencendo-o, e na comédia o fim encaminha-se à conciliação, na tragédia, porém, todo esforço humano está fadado a ser subsumido a uma força impessoal, ou ao próprio destino. “O herói trágico”, diz Frye (1973, p. 2004), “não pode simplesmente esfregar uma lâmpada e invocar um gênio que o tire do apuro”. O final da tragédia direciona o homem a certas condições que, para White,

se declaram inalteráveis e eternas, implicando que ao homem não é possível mudá-las mas que lhe cumpre agir dentro dela. Impõem limites quanto ao que se pode aspirar e ao que se pode legitimamente visar na busca de segurança e equilíbrio no mundo (WHITE, 1995, p. 25).

A sátira, por fim, caracteriza-se por pressupor a “inadequação última da consciência para viver feliz no mundo ou compreendê-lo plenamente” (WHITE, 1995, p. 25). Ela é ultrarealista. N. Frye (1973, p. 219) chega a afirmar que “como estrutura, aborda-se melhor o princípio básico do mito irônico [satírico] como uma paródia da estória romanesca”. Esta contraposição entre estória romanesca e sátira não é despropositada. Na primeira a existência é idealizada: há a vitória do bem contra o mal. Na sátira, porém, desce-se do mundo idealizado à experiência concreta, sem vitória do bem sobre o mal e, mais que isso, sem essa polarização de forças: o ceticismo ronda as caracterizações do mundo em enredos vazados no modo satírico.

Enfim, segundo H. White, estória romanesca, comédia, tragédia e sátira são as quatro estruturas de enredo pré-genéricas por meio das quais os dados de uma crônica préorganizados em uma estória são finalmente postos em narrativa, recebendo, assim, um sentido reconhecível entre autor e leitor. Ele afirma, ainda, que em uma mesma narrativa historiográfica pode haver, em partes, o emprego de mais de um modo de enredo; entretanto, deve haver *um* que predomine no texto tomado como um todo.

### 3. O nível epistêmico

Outra estratégia identificada pelo autor de *Meta-História* nos discursos historiográficos diz respeito ao que ele denominou “explicação por argumentação formal”. Nesse nível o historiador busca explicar o que aconteceu no passado e o que aquilo significa, “mediante a invocação de princípios de combinação que servem como leis putativas da explicação histórica” (WHITE, 1973, p. 11). Isso ocorre, de acordo com White, por meio de um argumento nomológico-dedutivo, ou seja, uma “dedução lógica”, na qual o historiador estabelece relações de causa e efeito entre os elementos que compõem o campo histórico (ato, agente, ação (agency), propósito e cena), como em um silogismo: premissa maior, contém ou consiste em alguma lei supostamente universal de relações causais; premissa menor, onde a lei da premissa maior será aplicada; e uma conclusão, “na qual os eventos realmente ocorridos são deduzidos por necessidade lógica” (WHITE, 1995, p. 26). Assim como no nível da “explicação por elaboração de enredo”, Hayden White identificou quatro paradigmas de “explicação por

argumentação formal”. São eles: formismo, organicismo, mecanicismo e contextualismo<sup>5</sup>.

O modo formista de explicação histórica, segundo H. White, consiste em uma busca pela singularidade dos objetos em investigação. Destarte, a ênfase na identificação e descrição dos elementos que compõem o campo histórico recai sobre as diferenças desses mesmos elementos, nas suas particularidades mais que em suas semelhanças: “a tarefa da explicação histórica consiste em dissipar a percepção das similaridades que parecem ser partilhadas por todos os objetos” (WHITE, 1995, p. 29). De acordo com White, o tropo formista pode estar presente “em qualquer historiografia em que a descrição da variedade, do colorido e da vividez do campo histórico é tomada como o objetivo central do trabalho do historiador” (WHITE, 1995, p. 29). As caracterizações dos objetos que compõem o campo de percepção do historiador cumprem a função de “lentes de aumento”; objetivam tornar mais claro ao leitor os seus contornos e as suas especificidades. Para o historiador que usa o modo formista de explicação, sua obra está satisfatoriamente realizada quando os fenômenos observados foram densamente descritos, cada um em sua unicidade. Mas essa caracterização quase exaustiva das particularidades dos eventos em geral não se presta como ponto de partida para generalizações, estabelecendo ligações intrínsecas entre seus componentes: o modo formista representa o mais alto grau de dispersão em suas análises entre as explicações formais mencionadas por Hayden White<sup>6</sup>.

---

<sup>5</sup> Hayden White valeu-se dos “paradigmas explicativos” de Stephen C. Pepper, apresentados em *World Hypotheses* (1966). A exemplo do que observou em relação a N. Frye, White afirma que as concepções das “formas básicas de reflexão filosófica” de Pepper não são apropriadas para se compreender os “sistemas” complexos de filósofos do porte de Aristóteles ou Kant. “Mas”, diz White, “os tipos ideais de Pepper proporcionam uma classificação bastante conveniente dos sistemas filosóficos ou das visões de mundo mais simplistas, do gênero de concepção geral da realidade que encontramos em historiadores quando eles falam como filósofos – isto é, quando invocam alguma idéia geral do ser, recorrem a alguma teoria geral relativa a verdade e verificação, inferem implicação ética de verdades supostamente estabelecidas e assim por diante” (WHITE, 2001, p. 29, nota 07). Ver Pepper (1966), especialmente capítulo 1 da parte 1 e capítulo 1 da parte 2.

<sup>6</sup> O formismo é um dos tipos de argumentação formal e, portanto, deveria estar em consonância com o conceito geral, do qual é uma variação. Porém, Hayden White afirma que a argumentação formal se dá mediante uma relação de causa e efeito, como em um silogismo, e, simultaneamente, que o formismo não lida com a formulação de hipóteses de causalidade. Isso não significa, entretanto, que o argumento formal quando praticado em modo formista não explique seu objeto, tornando-o compreensível. O que há, nesse caso, parece ser uma inadequação conceitual que ficou sem resolução satisfatória.

Menos dispersivo o contextualismo efetua, por seu turno, “uma relativa integração dos fenômenos discernidos em províncias finitas de ocorrência histórica em função de ‘tendências’ ou fisionomias gerais de períodos e épocas” (WHITE, 1995, p. 33). Ao valer-se do modo contextualista, o historiador acredita ser possível explicar o que aconteceu no passado inserindo seu objeto de investigação no contexto em que foi produzido, explicitando as relações inter-funcionais das situações existentes. Um dado objeto em questão recebe sua caracterização, seu significado e sentido porque está imerso em condições que possibilitaram sua ocorrência da maneira que ocorreu. Assim, a partir desse objeto são tecidos fios ligando-o a outros eventos e estes a outros mais até se formar uma rede que avança horizontal e verticalmente no tempo e espaço. O contextualismo, desta maneira, parece projetar uma causação contextual, isto é, o contexto, quando bem compreendido (e aqui parece residir um campo de batalha), pode explicar os fenômenos e seus significados. Mas isso não se reduz a uma busca por uma lei de caráter universal e atemporal. Em vez disso, o contextualismo procura determinar as características peculiares do tempo sobre o qual se debruça *historicizando-o*.

O modo de argumentação que identifica leis de caráter universal, capazes de explicar o passado e o presente, é, por excelência, o mecanicismo. Nele, as leis causam tais ou quais contextos. De acordo com Hayden White (1995, p. 33), após encontrar as leis que governam a história, o historiador mecanicista “aplica essas leis aos dados de modo a tornar suas configurações compreensíveis como funções dessas leis”. White usa a conhecida relação entre a Superestrutura e a Infra-estrutura, formulada por Marx, como exemplo de explicação por argumentação formal do tipo mecanicista, cujas transformações nas relações materiais de produção e existência (Infra-estrutura) condicionam as transformações nas instituições sociais e culturais (Superestrutura), mas que a relação contrária ou inversa não prevalece.

Já as explicações por argumentação formal no modo organicista têm, segundo White, no âmago de sua estratégia,

um compromisso metafísico com o paradigma da relação microcósmico–macrocósmica; e o historiador organicista tenderá ser regido pelo desejo de ver entidades individuais como componentes de processos que se agregam em totalidades que são maiores ou qualitativamente diferentes da soma de suas partes (WHITE, 1995, p. 30).

A congérie de eventos, para o organicista, está imersa em um processo que se encaminha para um fim, para um telos, independente da feição que esse telos venha a assumir (Razão, Estado-Nação, Eternidade, etc.). Não há leis universais que regem a história, à maneira mecanicista, mas princípios ou idéias que norteiam os processos e que estão presentes tanto nos eventos tomados isoladamente como no processo como um todo.

#### 4. O nível ético

A terceira, e última, estratégia que direciona a construção do discurso historiográfico é a “explicação por implicação ideológica”. É neste nível do discurso que se localiza o elemento político/ ideológico assumido pelo historiador em relação às condições de seu mundo contemporâneo, tenha ele consciência disso ou não. White conceitua ideologia como um “conjunto de prescrições para a tomada de posição no mundo presente da práxis social e a atuação sobre ele (seja para mudar o mundo, seja para mantê-lo no estado em que se encontra)” (WHITE, 1995, pp. 36-37).

Seguindo a obra de Karl Mannheim (1986), o estadunidense identifica a presença de quatro modalidades de implicação ideológica no trabalho historiográfico: conservantismo, liberalismo, radicalismo e anarquismo. O historiador evidencia sua preferência a uma ou outra posição ao atribuir tal ou qual valor à instituição social existente. Por conseguinte, cada uma das implicações ideológicas representam

diferentes noções das lições que as ciências humanas podem ministrar; diferentes concepções da desejabilidade de manter ou mudar o status quo social; diferentes concepções da direção que as mudanças do status quo deve tomar e os meios de efetivar tais mudanças; e finalmente diferentes orientações temporais (uma orientação para o passado, o presente ou o futuro como repositório de um paradigma da forma ‘ideal’ de sociedade) (WHITE, 1995, p. 38).

Isto é, o passado – objeto de análise e síntese – serve, neste nível do discurso, como um meio de legitimação ou como catalisador para mudanças no presente, com vistas a um futuro mais ou menos próximo. Sendo assim, pode-se afirmar que qualquer uma das quatro implicações ideológicas trata o passado, presente e futuro, relacionando



permanência e ruptura em graus diferentes com valores distintos, embora todas levem a sério a inevitabilidade das mudanças sociais. A diferença entre uma e outra está na velocidade que tal ou qual mudança deve ter e como ela deve ocorrer.

O conservantismo é a implicação ideológica menos aberta às mudanças, como o próprio nome sugere. White afirma que os conservadores “insistem num ritmo ‘natural’” das modificações sociais e que tais modificações não devem alterar as relações estruturais sob as quais uma determinada sociedade está assentada.

Já o liberalismo está aberto às mudanças sociais em grau superior ao conservantismo: se este sugere que as transformações se dão em um “ritmo natural”, como nas gradualizações botânicas, segundo Mannheim, o liberalismo, todavia, sugere o “ritmo ‘social’ do debate parlamentar, ou o ritmo do processo educacional e das disputas eleitorais entre dois partidos empenhados na observância das leis estabelecidas de governação” (WHITE, 1995, p. 39). Em concordância com o conservantismo, no entanto, o liberalismo não prevê modificações nas relações estruturais da sociedade: conservantismo e liberalismo são modalidades de implicação ideológica que tendem ao que K. Mannheim denominou de “congruência social”.

As outras duas ideologias tendem, ao contrário, à “transcendência social”. São elas: radicalismo e anarquismo. O radicalismo objetiva uma transformação social de cunho estrutural, que reconstitua a sociedade sobre novas bases. Para Mannheim, o radicalismo materializa-se nas idéias socialistas/ comunistas de linhagem marxista. Ele tende a ver a mudança fulcral em iminência, na derrocada do sistema capitalista de produção.

O anarquismo, por sua vez, também aponta para modificações estruturais, porém não visa a substituição de um sistema político por outro, mas deseja “abolir a ‘sociedade’ e substituí-la por uma ‘comunidade’ de indivíduos cuja coesão é mantida por um sentimento compartilhado de sua ‘humanidade’ comum” (WHITE, 1995, p. 39). O anarquismo projeta essa “comunidade ideal” no passado, em um estado primeiro, do qual foi corrompida, mas que pode, por um ato de autocontrole e autoconsciência, aniquilar as bases sobre as quais a situação vigente se institui e simultaneamente erigir uma nova relação entre os indivíduos.

Em suma, as quatro implicações ideológicas identificadas por White trazem em si certas maneiras de relacionar passado, presente e futuro. Além disso, todas elas se apóiam em pressupostos científicos ou realísticos. Isto é, conservantismo, liberalismo, radicalismo e anarquismo não apenas inferem conseqüências do passado para o presente e futuro como também buscam sustentação discursiva por estarem ancoradas em uma modalidade cognitiva que carrega consigo o respaldo de ser ciência ou, ao menos, versar sobre algo que aconteceu, da forma que está sendo narrado. Assim sendo, as quatro implicações supramencionadas foram classificadas por White como “cognitivamente responsáveis”, pois participam do debate intelectual a fim de sustentar a autoridade de suas respectivas posições de modo racional, assumindo “suas responsabilidades diante da crítica desfechada por outras posições, diante dos ‘dados’ em geral ou do controle pelos critérios lógicos de consistência e coerência” (WHITE, 1995, p. 38)<sup>7</sup>.

## **b) Os estilos historiográficos**

Explicação por elaboração de enredo (estética), por argumentação formal (epistêmica) e por implicação ideológica (ética) são, por fim, as três estratégias presentes de modo manifesto no discurso historiográfico. Como se viu, existem quatro possibilidades em cada uma das estratégias: estória romanesca, comédia, tragédia e sátira, na elaboração de enredo; formismo, organicismo, mecanicismo e contextualismo, no argumento formal; e anarquismo, conservantismo, radicalismo e liberalismo, na implicação ideológica. Em nenhum caso, lembra White, elas se manifestam de forma “pura”. Uma narrativa vazada em estória romanesca, por exemplo, pode conter passagens cômicas ou trágicas e, não obstante, ser identificada como estória romanesca quando o discurso é tomado em sua inteireza: o que há é a preponderância de um modo sobre os outros, seja na elaboração de enredo, argumentação formal ou implicação ideológica.

---

<sup>7</sup> Com base em K. Mannheim, Hayden White menciona a existência de outras implicações ideológicas, como o apocalipticismo, o reacionário e o fascismo. Essas posturas, contudo, não são úteis para se analisar os discursos historiográficos, pois fundam suas argumentações em premissas não-rationais: “o apocalíptico baseia suas prescrições para a ação na autoridade da revelação divina, o reacionário na da prática de uma classe ou grupo, que é vista como um sistema eternamente válido de organização social, e o fascista na autoridade indisputada de um chefe carismático” (WHITE, 1995, p. 37).

Além disso, White afirma que essas três estratégias se combinam de forma a tornar inteligível/ familiar o discurso do historiador de acordo com as afinidades nas “homologias estruturais” entre cada uma das quatro possibilidades das três estratégias. O gráfico que expõe tais afinidades foi organizado por White da seguinte maneira:

Modo de Elaboração de Enredo	Modo de Argumentação Formal	Modo de Implicação Ideológica
Estória romanesca	Formismo	Anarquismo
Tragédia	Mecanicismo	Radicalismo
Comédia	Organicismo	Conservantismo
Sátira	Contextualismo	Liberalismo

Assim, uma estória vazada no modo romanesco, por exemplo, tenderá a ser argumentada no modo formista e ter, por sua vez, uma implicação ideológica com feições anarquistas. White reitera, porém, que tais combinações não são necessárias e invariáveis no discurso de um historiador. O próprio Burckhardt, analisado em *Meta-História*, empregou, preponderantemente, um enredo satírico, um argumento formal contextualista e uma implicação ideológica conservadora, quando, pelo quadro das afinidades exposto acima, era de se esperar que a implicação ideológica fosse liberal.

Destarte, se as três estratégias se combinam em cada uma de suas quatro possibilidades formando o que White denominou “estilo historiográfico”, não se pode perder de vista que a elaboração de enredo, argumentação formal e implicação ideológica são predeterminadas pré-criticamente pelos quatro tropos mestres: metáfora, metonímia, sinédoque e ironia. Avançando um pouco no uso do gráfico talvez se possa estabelecer as seguintes correlações:

Tropo	Modo de Elaboração de Enredo	Modo de Argumentação Formal	Modo de Implicação Ideológica
Metáfora	Estória romanesca	Formismo	Anarquismo
Metonímia	Tragédia	Mecanicismo	Radicalismo
Sinédoque	Comédia	Organicismo	Conservantismo
Ironia	Sátira	Contextualismo	Liberalismo

Em que pese Hayden White tenha identificado um número limitado de maneiras de estruturar os discursos historiográficos, ele não procurou estabelecer uma hierarquia entre eles, organizando-os do menos ao mais adequado. Pelo contrário, esforçou-se por mostrar que não há critérios objetivos ou “científicos” para fixar, por exemplo, qual o tropo apropriado para a historiografia: a escolha em compor o texto historiográfico sob um ou outro tropo é extra-epistemológica. Essa afirmação aponta a dois pressupostos e uma implicação relevante.

### **c) Pressupostos e implicação**

#### **1. A neutralidade das fontes e a não-cientificidade da historiografia**

O primeiro pressuposto da teoria de White diz respeito ao valor atribuído às fontes e aos fatos na constituição e composição do discurso historiográfico. Ele sugere que os fatos e as fontes do passado não indicam ao historiador o modo por meio do qual seu discurso deve ser estruturado. Isto é, eles em si têm valor neutro, não têm pré-organização e tampouco impõem ao historiador o que deve ser tomado como relevante ou não em seu texto. Por conseguinte, não decidem, em primeira ou última instância, a elaboração de enredo mediante a qual o discurso será narrado, o modo de argumentação formal que será empregado na explicação dos eventos, tampouco uma base ideológica sobre a qual o texto será assentado. As fontes se apresentam mais ou menos como uma massa informacional amorfa: é o historiador que

‘condensa’ os seus materiais (isto é, inclui alguns eventos e exclui outros), ‘desloca’ alguns fatos para a periferia ou para o plano de fundo e leva outros para mais perto do centro; codifica alguns como causas e outros como efeitos; une alguns e separa outros – a fim de ‘representar’ a sua dissertação como uma distorção plausível (WHITE, 2001, p. 129).

Por isso, o historiador lança mão de instrumentos no intuito de dar-lhes uma coloração realística ou, para alguns, científica.

O segundo pressuposto diz respeito à cientificidade da historiografia. Tendo como ponto de partida as ciências naturais, White sugere que os dois elementos que qualificam uma modalidade cognitiva

de científica são a linguagem técnica e o consenso entre os praticantes de uma dada comunidade intelectual sobre o método apropriado na caracterização e explicação do campo de observação. Ambos os elementos estão, segundo ele, ausentes nos discursos produzidos pelos historiadores. A historiografia, diferentemente da física, química e matemática, não tem uma linguagem técnica para referir-se aos objetos que povoam seu campo de percepção. Ela se vale, em vez disso, da linguagem natural ou comum. Evidentemente essa linguagem é formatada aos padrões aceitáveis a um discurso acadêmico. Porém, ainda assim, ela está sujeita às figurações presentes em qualquer tentativa de apreensão do mundo que não tem um léxico próprio e irreduzível.

Por fim, deve-se observar que a não-cientificidade do conhecimento histórico está diretamente ligada à suposta neutralidade das fontes – no sentido aqui designado. Em outros termos: como os fatos e fontes não orientam o historiador na construção do significado discursivo, cabe àquele criar um. Para tal, ele recorre ao que tem disponível: à linguagem natural e aos métodos operacionais. O significado do texto historiográfico, portanto, não provém das fontes, porém de uma construção interpretativa operada pelo historiador por meio da linguagem natural (sujeita às figurações) e dos métodos (passíveis de contestação). Sendo assim, não há critérios objetivos para se definir qual interpretação é mais correta que outra. Uma mesma história do Brasil, por exemplo, pode ser narrada sob perspectivas díspares entre si, sem que haja infração factual, sobreposição ao material empírico ou incorreção metodológica. As diferenças não são, por conseguinte, epistêmicas, mas extraepistemológicas, sobretudo éticas e estéticas.

## **2. Implicação: a verdade na historiografia**

Tudo isso, evidentemente, traz implicações sérias acerca das possibilidades e da natureza do conhecimento produzido pelos historiadores: a polêmica em relação à teoria de White não é despropositada. Suas idéias deslocam e reduzem a relevância e o papel anteriormente atribuído aos vestígios do passado e enfatizam a importância do movimento de estruturação discursiva, que permitiria, por sua vez, maior liberdade na construção de narrativas historiográficas

e seus respectivos significados independentemente de qual o evento narrado<sup>8</sup>. Essas assertivas trazem uma implicação fulcral: trata-se da questão da verdade em historiografia.

White interpreta o discurso historiográfico constituído verbalmente por dois níveis indissociáveis: as partes (as sentenças, os enunciados) e o todo. As partes, obviamente, compõem o todo, mas este não é, para ele, a simples soma daquelas. White não nega que as sentenças possam conter afirmações verdadeiras. Para isso, pode-se recorrer à confrontação entre sentenças e as fontes que as possibilitaram. Contudo, o discurso historiográfico não é apenas um conjunto de fatos dispostos cronologicamente. Esses mesmos fatos são agrupados em uma forma de apresentação coerente, cuja seqüência lógica exige começo, meio e fim identificáveis enquanto tal, consubstanciando-se, geralmente, em uma narrativa dotada de significado. É por meio da narrativa que o conjunto de dados e fatos do passado ganham sentido e recebem significado. Por isso, a verdade em historiografia estaria presente apenas nos enunciados tomados isoladamente. No nível do significado não haveria critérios científicos e/ ou objetivos capazes de dirimir eventuais conflitos historiográficos. A decisão a favor de tal ou qual significado estaria a cargo de critérios extra-epistemológicos.

## Considerações finais

Em síntese, a teoria de Hayden White toma o discurso historiográfico como uma modalidade verbal em prosa cujo objetivo é transformar algo que aconteceu no passado, até então não conhecido,

---

<sup>8</sup> É preciso observar que Hayden White, frente às críticas mais recentes, tem repensado o papel dos tropos na composição do discurso historiográfico, sobretudo por sua característica excessivamente estruturalista. Alguns comentadores de suas obras, como Hans Kellner, enfatizam a mudança de foco: da teoria trópica (de *Meta-História e Trópicos do Discurso*) para a teoria da narrativa (de *The Content of the Form e Realism Figural*). Para este mesmo pesquisador, a teoria narrativa, porém, é um código para a teoria trópica ou vice-versa (Cf. KELLNER, 1994). Ver também Domanska, (1994, p. 91-100); Koufou; Miliori ( 2000). Dominick LaCapra, por seu turno, sugere que em artigos da década de oitenta White teria abandonado o tropo como instância precedente e condicionadora do significado de um texto. O foco de sua atenção teria se voltado à instância ideológica. Não seria, portanto, o tropo, mas, antes, a posição política o elemento condicionante do significado do discurso (Cf. LaCAPRA, 1985, p. 35, nota 36).

não-familiar, em um evento compreensível no presente, isto é, familiar entre autor e um leitor suposto. Para realizar tal objetivo, o historiador organiza a estrutura de seu discurso pré-criticamente, ou seja, antes de uma averiguação das fontes, conscientemente ou não. Essa organização estabelece o tipo de relações preponderantes entre os elementos que compõem o campo histórico (agente, ato, cena, propósito e ação). Embora possa organizar o campo histórico de certas maneiras, há um número limitado de fazê-lo, que corresponde, segundo White, aos quatro tropos mestres: metáfora, metonímia, sinédoque e ironia. Cada um dos tropos condiciona a organização do discurso historiográfico, indicando possíveis estratégias de explicação e significação do objeto investigado.

Inicia-se com o recorte temporal, por meio da crônica, e do estabelecimento dos motivos iniciais, intermediários e conclusivos, mediante o arranjo da estória: ambas as etapas organizam previamente os denominados “elementos primitivos” (dados não-processados) do relato histórico. Já as três estratégias propriamente explicativas se consubstanciam na elaboração de enredo, no argumento formal e na implicação ideológica do discurso. Cada uma delas possibilita quatro maneiras de ser discursivizadas: estória romanesca, comédia, tragédia e sátira, na elaboração de enredo; formismo, organicismo, mecanicismo e contextualismo, na argumentação formal; anarquismo, conservantismo, radicalismo e liberalismo, na implicação ideológica. Elas buscam constituir uma explicação plausível e coerente nos níveis estético, epistêmico e ético, respectivamente. As estratégias explicativas mantêm entre si dadas afinidades, combinando-se de certas maneiras, caracterizando, assim, o que White denominou estilo historiográfico.

Por conseguinte, Hayden White sugere que a transformação dos dados dispersos em uma narrativa historiográfica com coesão e coerência, com uma explicação e um dado significado é, antes, uma conseqüência da estruturação discursiva operada pelo tropo que a organiza e condiciona as estratégias explicativas. Isso ocorre por que os fatos e fontes do passado não trazem inscritos em si mesmos o modo por meio do qual o historiador deve contá-los: eles têm valor neutro. Desta forma, White desloca o valor comumente atribuído às fontes no discurso historiográfico, transferindo-o à escolha do tropo

mediante o qual a organização verbal será efetuada. Ou seja, não é o corpus de análise do historiador que determina a estruturação de seu discurso e seu significado, mas, antes, a organização trópica.

Porém, se a organização do discurso historiográfico ocorre mediante a escolha de um ou outro tropo, cabe, então, perguntar qual é o mais adequado para o historiador estruturar seu trabalho. White afirma que a seleção do tropo não advém das fontes, mas de uma escolha extra-epistemológica. O que determina o uso da metáfora, metonímia, sinédoque ou ironia como estrutura linguística a partir da qual o discurso irá se comportar é uma opção que tem origem em motivações não-científicas, que estão além de uma teoria cognitiva passível de ser classificada como indiscutível e apropriada de modo irrestrito. Embora ele reconheça que o modo irônico seja preponderante na historiografia acadêmica atual, não há tropo mais adequado que outro. Isso ocorre porque a historiografia se materializa – enquanto campo reconhecível entre um grupo de profissionais e um público específico – por meio da linguagem natural. Todavia, por não conseguir estabelecer consensualmente o modo linguístico adequado para compor seu discurso, isto é, por não possuir uma linguagem técnica que dirima eventuais litígios, a historiografia está cativa da linguagem natural, que, para White, efetua necessariamente um movimento trópico (figurativo) ao tentar caracterizar, explicar e conceder significado ao seu objeto.

A partir, portanto, de uma certa concepção de ciência, de linguagem e de relação entre mundo e apreensão cognitiva deste, White vale-se de termos e idéias oriundas da teoria literária, da sociologia do conhecimento e da epistemologia para compreender a natureza da historiografia. O nível profundo e o manifesto do discurso integram-se em um método formalista, no qual se ressalta a relevância das estruturas por meio das quais o trabalho do historiador organiza seu campo e confere significado ao passado. Mais que uma descrição da operação historiográfica, Hayden White reformula, como lembrou certa vez um renomado historiador, questões antigas e esquecidas em novas bases (KOSELLECK, 2002).



## Referências

BURKE, Kenneth. *A grammar of motives*. Berkeley, Los Angeles, London: University of California Press, 1969.

CERTEAU, Michel de. A operação historiográfica. In: \_\_\_\_\_. *A escrita da história*. Rio de Janeiro: Forense, 2000.

DOMANSKA, Ewa. The Image of Self-Presentation. In: \_\_\_\_\_. *Diacritics*, Spring 1994, p. 91-100.

FRYE, Northrop. *Anatomia da crítica*. São Paulo: Editora Cultrix, 1973.

KELLNER, Hans. Hayden White. In: *The Johns Hopkins guide to literary theory and criticism*, ed. by M. Groden and M. Krieiswirth. Baltimore and London : The Johns Hopkins University Press, 1994.

KOSELLECK, Reinhart. Introduction to Hayden White's Tropics of Discourse. In: \_\_\_\_\_. *The practice of conceptual History: Timing, History, Spacing Concepts*. Stanford University 2002.

KOUFOU, A.; MILIORI, M. Hayden White: the ironic poetics of lat modernity, *Historiein: a Review of the Past & Other Stories*, vol.2, 2000.

LaCAPRA, Dominick. Rhetoric and History. In: \_\_\_\_\_. *History & criticism*. Ithaca and London: Cornell University Press, 1985.

MANNHEIM, Karl. *Ideologia e utopia*. 4. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 1986.

MELLO, Ricardo Marques de. *Da utilidade e desvantagem da história para Hayden White*. 2008. 116 f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade de Brasília, Brasília, 2008.

PEPPER, S. C. *World Hypotheses: prolegomena to systematic philosophy and a complete survey of metaphysics*. University of California Press, 1966.

RICOEUR, Paul. *La memória, la historia, el olvido*. Madri: Trotta, 2003.

WHITE, Hayden. *Metahistory: The Historical Imagination in Nineteenth-Century Europe*. Baltimore and London: Johns Hopkins University Press, 1973.

\_\_\_\_\_. *Meta-história: a imaginação histórica do século XIX*. Tradução de José Laurênio de Melo. 2. ed. São Paulo: EdUSP, 1995.

\_\_\_\_\_. *Tropics of Discourse*. Essays in Cultural Criticism. Baltimore and London: The Johns Hopkins University Press, 1978.

\_\_\_\_\_. *Trópicos do Discurso: Ensaios sobre a Crítica da Cultura*. Tradução de Alípio Correia de Franca Neto. 2. ed. São Paulo: EdUSP, 2001.

\_\_\_\_\_. *The Content of the Form: Narrative Discourse and Historical Representation*. Baltimore; London: The Johns Hopkins University Press, 1987.

\_\_\_\_\_. *Figural Realism*. Studies in the Mimesis Effect. Baltimore; London: The Johns Hopkins University Press, 1999.

\_\_\_\_\_. Teoria Literária e Escrita da História. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol. 7, n. 13, p. 21-48, 1991 [1988].

Artigo recebido em agosto de 2008 e aceito para publicação em outubro de 2008.